

**DISCURSO DEMOCRÁTICO DE 1968: A HIPÓTESE DE UM SIGNIFICANTE  
VAZIO**

**Camila Wada Engelbrecht<sup>1</sup>**

**Resumo:**

O artigo parte da análise de discurso de uma reportagem da revista *Veja* de 1968. A intenção é tentar demonstrar que havia uma disputa pelo significante “democracia”. Se de um lado havia a luta contra o regime militar de 1964 a 1985, em que democrático conceitualmente era a favor do fim da ditadura e dos direitos civis, do outro havia os militares que afirmavam lutar pela garantia da democracia no Brasil, contra a ameaça comunista. Com tantos significados atribuídos a uma mesma palavra – democracia – independente do período temporal, a conclusão é de que ela se esvazia, ou seja, torna-se um significante vazio.

**Palavras-chave:** Democracia. Significante vazio. Regime militar. Imaginário social. Revista *Veja*.

Este *paper* pretende discutir sobre o discurso democrático presente nos meios de comunicação em um período político e social específico: durante o regime ditatorial brasileiro. A proposta é observar o discurso através de uma análise de discurso pós-estruturalista da revista *Veja*, com o recorte temporal de estudo que contempla o ano de 1968, mais especificamente a reportagem principal da edição número 15 do mês de dezembro.

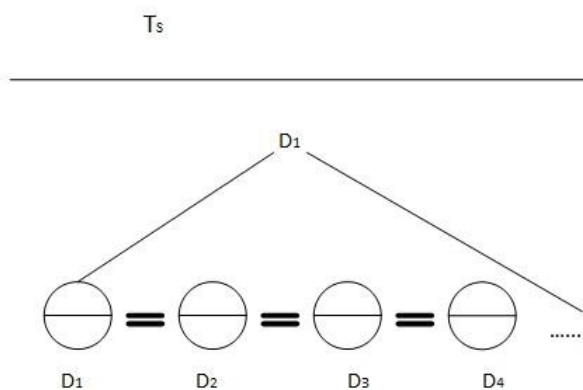
---

<sup>1</sup> Formada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2011, aluna e pesquisadora do Programa de Mestrado em Comunicação da Fundação Cásper Líbero (FCL). E-mail: [caca\\_engel@yahoo.com.br](mailto:caca_engel@yahoo.com.br) / [cwada6@gmail.com](mailto:cwada6@gmail.com).

A intenção é tentar demonstrar que havia uma disputa pelo significante “democracia”. Se de um lado havia a luta contra o regime militar de 1964 a 1985, em que democrático conceitualmente era a favor do fim da ditadura e dos direitos civis, do outro havia os militares que afirmavam lutar pela garantia da democracia no Brasil, contra uma ameaça comunista. Através de uma análise de discurso com material de 1968, entende-se que houve um recorte editorial pela revista Veja.

A hipótese é de que apesar de haver um agrupamento de diferentes representações durante o regime militar (partidos opositores, sindicatos, movimentos estudantis, etc.), o discurso contrário ao regime em vigor na época convergia para um mesmo ponto sobre o que se buscava quando o assunto era democracia. Houve uma coesão de agrupamento pelo discurso, chegando a um ponto de concordância entre diferentes grupos de que democracia tratava-se do fim do regime militar e a favor de direitos civis, como mostra o movimento Diretas Já.

### 1. Diagrama de Laclau sobre significante vazio:



Fonte: LACLAU, E. *On populist reason*. 2005. p. 130

Primeiramente é preciso explicar o diagrama de Ernesto Laclau (2005) sobre o

significante vazio. D1, D2, D3, D4, etc., significam grupos específicos e separados, cada um com suas concepções e demandas. Porém, ao existir uma barreira separando-os de um grupo dominante, no caso representado por Ts, a tendência é de que haja um agrupamento e uma das demandas “tome a frente”, tornando-se o significante de toda a cadeia. O modelo depende da presença de uma fronteira dicotômica, pois sem ela essa relação de equivalência entraria em colapso e a identidade de cada demanda escaparia em suas particularidades.

O modelo é apresentado pois a ideia é apresentar o conceito de democracia como um significante vazio, exemplificado pelo período de ditadura militar, em que as demandas de vários setores diferentes da sociedade são equivalentes entre si em sua oposição comum contra um regime opressor. Mas neste artigo é apresentado o significante que é dado pelo grupo que na época (1968) era dominante no Brasil.

## **2. Revista Veja – Editora Abril**

O objeto deste *paper* é a Revista Veja, publicada pela Editora Abril em 1968. Foi escolhida por ter a maior circulação no país, com uma tiragem de 1.181.701, segundo a Tabela de Circulação Geral da Abril.<sup>2</sup> Mas também pela facilidade de acesso, já que a revista disponibiliza um acervo digital com todas as edições, de 1968 a 2014. A edição escolhida para análise traz reportagem com importante fato histórico – a vigência do Ato Institucional n 5.

## **3. Metodologia**

O método utilizado é o da análise de discurso pós-estruturalista baseada

---

<sup>2</sup> Informação retirada do site <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral/>, acessado no dia 22/02/2014, às 7 horas e 30 minutos.

principalmente nas teorias de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Com a teoria de equivalência, em que um signo apenas faz sentido se pensado em seu contexto ou signos opostos, Laclau e Mouffe seguem uma análise linguística feita através de valores relacional e diferencial, por exemplo: o sentido de socialismo só poderia ser analisado relacionando-o ao feudalismo, capitalismo, etc. (TORFING, 1999).

O termo discurso é utilizado por Laclau e Mouffe, numa primeira aproximação, para destacar “o fato de que toda configuração social é significativa”(1990:100). Ou seja, que o sentido dos eventos sociais não está dado em sua pura ocorrência, em sua positividade, ou ainda que o sentido dos objetos do mundo físico não lhes é inerente. Um objeto esférico chutado numa rua e num campo de futebol corresponde ao mesmo acontecimento físico, mas não possui o mesmo sentido nos dois casos. O objeto só é uma bola de futebol no contexto de um sistema de regras e relações com outros objetos. (BURITY, 1997, p.6)

Este método do discurso será utilizado para analisar a reportagem da revista Veja, para identificar os discursos de 1968, procurando encontrar pontos discursivos relacionados à democracia, seja qual for o modelo democrático defendido.

O estudo dá preferência à análise das citações entre aspas, ainda que tenham sido escolhidas e editadas pela revista. Os discursos analisados são de trechos de falas, diretas ou indiretas, de representantes oficiais da política na época e também uma explanação do contexto da época, produzido pela Veja. Toda a análise é baseada na revista, sendo necessário que fique claro que trata-se de fatos mediatizados. A intenção é entender, através de registros da mídia, o contexto, já que um discurso não é formado apenas por texto, mas por tudo o que faz as palavras fazerem sentido e serem compreendidas.

#### **4. REVOLUÇÃO, ANO ZERO<sup>3</sup>**

A reportagem de edição número 15 da revista Veja (1968) relata o início da vigência do Ato Institucional número 5 no governo Costa e Silva. Com o constante uso da

---

<sup>3</sup> Reportagem de capa (REVOLUÇÃO, ANO ZERO) da Revista Veja – Editora Abril. Edição 15. Publicação de 18 de dezembro de 1968. p. 16-27.

palavra “Revolução” para falar do período político de 1964 a 1985, nas citações entre aspas e incorporada no texto jornalístico, é possível observar uma adoção de um posicionamento que confirma uma ação violenta nas instituições políticas do Brasil.

Abelardo Jurema, Ministro da Justiça de João Goulart, afirma, segundo a revista: “os instrumentos jurídicos que Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la”. Em 1964 o discurso era de uma Revolução tida como síntese de ideais democráticos e realizada para “defender a Nação”. Militares publicaram um artigo em 1964, em resposta às indagações do povo que se perguntava se havia um processo de guerra revolucionária em andamento no país, que dizia (trecho extraído do artigo):

Raramente uma grande nação esteve mais perto do desastre e se recuperou do que o Brasil em seu triunfo sobre a subversão vermelha. Os elementos da campanha comunista para a dominação – propaganda, infiltração, terror – estavam em plena ação. A rendição total parecia iminente... e então o povo disse: Não! (CARDOSO, p.2, 2011)

Mas foi no dia 13 de dezembro de 1968 que os militares disseram “agora vai”, no que consideraram ser o “Ano Zero”, com a vigência do Ato Institucional 5 que viria a “consertar o que julgavam necessário”. Ao anunciar o AI5, o governo Costa e Silva utilizou das seguintes palavras: “meios necessários e instrumentos legais para, assegurando a ordem e tranquilidade, realizar os propósitos e os fins da Revolução de Março de 1964”, mas ainda lembrou da Constituição de 67:

o País já dispõe de uma Constituição moderna, viva e adequada, restabelecendo o regime político tradicional e, ao mesmo tempo, dotando o Governo dos instrumentos indispensáveis à manutenção da ordem, da tranquilidade e da paz pública, a nova lei básica afirmou o princípio de autoridade e realizou, sãbiamente, a síntese dos ideais democráticos com os ideais revolucionários. [sic]

As falas de Costa e Silva são interessantes para analisar como o discurso de democracia era ligado à tranquilidade, paz pública e ordem, esta última frequentemente

utilizada para definir o democrático na concepção dos militares. Ordem, ou seja, cada coisa em seu respectivo lugar de pertencimento – que era estabelecido pelo governo, o Estado negando qualquer coisa que subvertesse à ordem pré-estabelecida. A crise, para eles, era a presença dos estudantes nas ruas, “a crise com a Igreja, as ondas de assalto e atentados terroristas”. Protestos, ainda que massivos como a “marcha dos 100 mil da Guanabara” e oposicionistas foram tratados na matéria como crise à “Revolução”, assim como Carlos Marighela, tratado como exemplo. O movimento de 64 teria “a tarefa de combate à subversão e à corrupção e de promoção do desenvolvimento econômico e social”.

O AI5 trouxe novas configurações do sentido de democracia aos militares, extinguindo os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), centralizando tudo apenas no Executivo. Com isso, os julgamentos que antes eram realizados pelo Supremo Tribunal Federal, passa a ser executado pelo “Poder Revolucionário” e o *habeas corpus* suspenso para “os casos de crimes políticos e contra a segurança nacional e a ordem econômica e social”. Marighela foi um caso dos “novos limites Judiciários”, sendo impedido de se defender em tribunal. Na reportagem de edição número 15 da Veja, foi descrito como “dirigente comunista acusado de assaltar bancos para obter dinheiro para a subversão”. Todos aqueles que agiam contra o governo eram chamados de subversivos ou terroristas. E, segundo eles, não foram necessárias “armas mais eficientes do que a pressão” para lidar com as crises.

Contra os “revolucionários” havia o personagem Adauto Lúcio Cardoso, que renunciou à presidência da Câmara, dizendo:

A verdadeira ação democrática deveria começar não em meu gabinete, mas na rua, entre homens comuns. E nem em partidos autênticos, diferentes desse saco de gatos que são Arena e MDB. poderá haver resistência enquanto a luta não for colocada na rua. Mas isto é para os mais moços, é para quem pode. eu já estou fora. Sou o que se chama um velho político, como disse um jornalista – o último dos bacharéis. [sic]

O chamado “cavalheiro” pelo periódico, pedia a redemocratização do país quando

assinou o “Manifesto dos Mineiros” nos últimos anos da ditadura de Getúlio Vargas e durante a “Revolução de 64” se manifesta contra as ações do governo de cassação de deputados e pede por uma “verdadeira ação democrática”, a qual define que deve ser construída por homens comuns e não pelos militares. Ao utilizar a palavra “verdadeira” indica que o discurso sobre democracia para os militares é falso e diferente de sua concepção.

Havia em 1968 a “caça aos comunistas”. Um jornalista, eleito deputado logo após a queda do Governo João Goulart, é retratado como “Marcito, um môço complicado” [sic]. Márcio Moreira Alves junto a Carlos Heitor Cony fez campanha em defesa dos presos políticos e escreveu os livros “A Velha Classe”, “Tortura e Torturados” e “O Cristo do Povo”, este censurado. Se verdadeiras ou não, as descrições pessoais são utilizadas para desqualificar suas posições políticas contra a “Revolução”: “inimigo intransigente”, “um moço rico, diletante das esquerdas”, “um arrogante”, “gênio difícil”, “um Mello Franco transviado” e “autoritário nas relações humanas, com um tom de voz agressivo, ferino e irônico que irrita os adversários, Márcio, em suas posições políticas, é inimigo da violência”. Esse é um exemplo de como aqueles que eram contrários à “Revolução” eram retratados na mídia, no caso na revista *Veja*. Mas considerando que esse foi um período de censuras, não é possível concluir se houve um ataque a pessoas contra a política em vigor ou se foi a forma encontrada para ao menos colocar na mídia personagens importantes nesse período político, seus trabalhos, ações e consequências.

Há também na reportagem de 11 páginas de texto, um quadro com os nomes dos presos na época, sendo um deles Tenório Cavalcanti, ex-deputado federal e diretor da “Luta Democrática” – jornal que embora sensacionalista era contra a ditadura Vargas. Talvez a prisão do diretor seja um indicador de como havia, para além da luta política e disputa de poder, uma discrepância de entendimento do que é democrático.

A divergência fundamental é dada na matéria: poder civil *versus* poder militar. Se considerarmos o diagrama de Laclau sobre o significante vazio, o poder militar está de um

lado e do outro uma sociedade civil, completamente diversa e heterogênea, formada por múltiplos grupos com diferentes demandas e concepções de valores, direitos, etc., que se agrupa em um significante escolhido dentre vários para representar o grupo – no caso o fim da ditadura militar. Quando há a existência de regimes opressores a tendência é de uma união, uma cadeia de equivalência em oposição. “A cadeia só sobrevive enquanto há tensão entre os dois extremos, e se desintegra se um deles impõe-se sobre o outro” (LACLAU, 2005, p. 129). Sem essa fronteira a relação de equivalência entraria em colapso e a identidade de cada demanda escaparia em suas particularidades.

## 5. Conclusão

O que se questiona em relação ao sistema político, hoje, é como descreveu Claus Offe: sobre o “novo sistema capitalista “desorganizado”, que seria:

a integração do capital e do trabalho com o Estado é consideravelmente desconectado, uma reversão que irá, a um ritmo mais ou menos rápido, dependendo da extensão da determinação capitalista e resistência dos trabalhadores, resultar no parcial, se não completo, dismantelamento de muitas das mais preciosas características tidas como certas do ‘Old Deal’, especialmente os pagamentos totais dos benefícios para a saúde de um trabalhador e sua família. (ARONOWITZ, 1992, p. 8)<sup>4</sup>

Essa breve explanação a respeito do capitalismo é para chegar aos dias atuais, e lembrar dos movimentos sociais mais recentes e emergentes, fazendo parte do que se chama de políticas de identidade. Com os trabalhadores cada vez mais desvalorizados em relação à representação pública, outros posicionamentos ganharam atenção (de mulheres, negros, gays, lésbicas, deficientes, entre outros).<sup>5</sup> Na era em que vivemos, segundo Aronowitz (1992), não existem utopias concretas que consigam dar vida a movimentos

---

<sup>4</sup> Tradução realizada pela autora.

<sup>5</sup> ARONOWITZ, Stanley. The politics of identity: class, culture, social movements. Nova York: Routledge, 1992.



sociais. “Embora alguns tenham abandonado a “velha” classe trabalhadora para a juventude revolucionária, mulheres e, especialmente, o terceiro mundo, o quadro de disputa teórica e política permaneceu na "análise de classes".” (ARONOWITZ, 1992, p.10)<sup>6</sup> A premissa do autor é de que “cultura é constituída pelas identidades de classe e argumenta que mediações de classe à identidade cultural não foram totalmente exploradas”.

Grupos variados (movimento GLS, negro, evangélico, ambientalista, etc) que tentam expressar cada um sua concepção do que é democrático, são exemplos de política identitária.

A comodificação da vida social gestada a partir do pós-segunda guerra, em razão da inserção das mais diversas formas de relação social (trabalho, cultura, lazer, saúde, educação, sexualidade, etc.) à lógica do mercado ensejou a proliferação de lutas em várias áreas: o próprio Estado de bem-estar, o movimento ecológico, movimentos urbanos, movimentos de minorias sexuais, de mulheres, de minorias étnicas (em alguns casos, claramente majoritárias!), etc. A expansão da intervenção estatal, seja no caso do Estado de bem-estar, seja no do esforço modernizante dos países periféricos, levou a uma crescente burocratização e a outros tantos conflitos de acesso e participação à formação de políticas e/ou distribuição de riqueza. [...] A ampliação da noção de direitos, para incluir os chamados direitos coletivos ou sociais, introduziu um fator de permanente disputa e mobilização, modificando profundamente o discurso liberal-democrático clássico, mas também tornando cada vez mais complexa a relação entre sociedade civil e Estado (BURITY, 1997, p.17).

A importância em trazer o artigo para o presente e discutir brevemente políticas identitárias se dá pelo fato de que o que vivemos hoje é o melhor exemplo do que acontece quando se rompe uma fronteira dicotômica, como foi o caso poder militar *versus* poder civil entre 1964 e 1985 no Brasil. A sociedade passa a demandar e questionar outras coisas, cada grupo com sua representatividade e forma de expressão/ação.

É possível, então, realizar algumas observações. Primeiro que os grupos (partidos opositores, movimentos estudantis, sindicatos) que formavam uma cadeia de equivalência em resistência ao regime militar expressavam uma ideia de democracia, de certa forma, concordante – contra a política autoritária praticada na época (1964-1985) e a favor de

---

<sup>6</sup> Tradução realizada pela autora.

direitos civis. A partir da década de 80, mais perto de 1990 começam a surgir movimentos sociais em disputa ideológica sobre o que significa democracia, cada grupo com identidades próprias e, portanto, demandas particulares. Hoje o que se observa é uma complexidade de identidades coletivas, umas muitas vezes bastante divergentes das outras, como é o caso do movimento GLS e do movimento evangélico, em que um vai a favor de um discurso mais liberal a favor de direitos e o outro com um discurso conservador mais voltado a valores.

Ainda voltando um pouco, o discurso militar na década de 60 era que em combate ao perigo do comunismo e à favor da democracia eles agiriam depondo João Goulart, instituindo novas regras como forma de combate à subversão, corrupção e pelo desenvolvimento econômico e social, conforme visto anteriormente. Hoje há movimentos com as mesmas demandas, e que conseguiu reunir milhares às ruas novamente em junho de 2013.

Com tantos significados atribuídos a uma mesma palavra – democracia – independente do período temporal, como é possível perceber, a conclusão é de que ela se esvazia, ou seja, torna-se um significante vazio. Mas a complexidade do tema democracia traduz justamente sua forma de existir – só existe democracia enquanto não há definições, limitações e barreiras, mas sim uma abertura ao diálogo e debates. E então “somente a partir do momento em que o discurso democrático se torna disponível para articular as diferentes formas de resistência à subordinação, é que haverá condições que possibilitarão a luta contra diferentes tipos de desigualdades” (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 154).

**Referências:**

ARONOWITZ, S. **The politics of identity: class, culture, social movements**. Nova York: Routledge, 1992.

BURITY, J.A. **Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O pós-marxismo de Ernesto Laclau**. Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1997.

CARDOSO, L.C. **Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964'**. Revista Brasileira de História. vol.31 no.62 São Paulo, 2011.

FERREIRA, N.T. **Imaginário Social e Educação**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

LACLAU, E. **On populist reason**. Londres/Nova York: Editora Verso, 2005.

PACCOLA, C. **Jornalistas e opinião no surgimento da imprensa no Brasil e durante a ditadura militar**. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. GT História do Jornalismo. Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004.

Site: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>

TORFING, J. **New Theories of discourse – Laclau, Mouffe and Žižek**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.